



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
CURSO DE LICENCIATURA PLENÁ EM PEDAGOGIA  
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

**MARIA LÚCIA DE AGUIAR FERREIRA**

**A CRECHE EM UM NOVO PERFIL DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**JOÃO PESSOA - PB  
2013**

F383c Ferreira, Maria Lúcia de Aguiar.

A creche em novo perfil da educação infantil / Maria Lúcia de Aguiar Ferreira. – João Pessoa: UFPB, 2013.  
35f.

Orientador: Geovânia Toscano  
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade à distância)  
– UFPB/CE

1. Educação Infantil. 2. Creche. 3. Tendências Pedagógicas.  
I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.2 (043.2)

**MARIA LÚCIA DE AGUIAR FERREIRA**

**A CRECHE EM NOVO PERFIL DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Geovânia Toscano.

**JOÃO PESSOA - PB  
2013**

**MARIA LÚCIA DE AGUIAR FERREIRA**

**A CRECHE EM NOVO PERFIL DA  
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Geovânia Toscano.

**APROVADA EM:** \_\_\_\_ / Jul. / 2013.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Geovânia Toscano (Orientadora)  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

EXAMINADOR 1  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

---

EXAMINADOR 2  
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

**JOÃO PESSOA - PB  
2013**

*A Deus, minha família que sempre me apoiaram, ao meu estimado sobrinho Besa que se encontra em outra dimensão de vida e em especial aos meus filhos: Júnior, Caroline e Júlia.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus primeiramente, a força superior em minha vida, sempre foi meu guia, ajuda constante na superação dos obstáculos e inspiração para concretização dos meus sonhos.

Aos meus pais, meu porto seguro, me incentivando nos momentos de desânimo e cansaço, me fazendo acreditar em minha capacidade e no meu crescimento como pessoa.

Aos meus filhos, por entender minha ausência quando precisei me dedicar aos estudos e por sonhar junto comigo na concretização deste sonho.

Ao meu esposo que sempre esteve me dando apoio necessário na caminhada.

Ao Professor Jorge Fernando Hermida e a Professora Geovânia Toscano, pelo apoio e orientações pertinentes no desenvolvimento deste trabalho.

As amigas do curso, que nos momentos de angústia e solidão tiveram a sensibilidade de me encorajar a continuar na tentativa do crescimento intelectual diante dos desafios encontrados.

Ao orientador Adiel, que sempre esteve à disposição durante toda a trilha prestando seu auxílio.

A Ana Lúcia gestora da Instituição explorada, durante todo o percurso do curso.

E todos aqueles que direta ou indiretamente contribuíram na realização deste trabalho.

*Construo-me educador, companheiro na produção  
de uma prática educativa, com consciência das limitações,  
mas, sobretudo, (re)conhecendo a indispensável e  
insubstituível nova contribuição da história da educação  
para a emancipação humana.*

(Lauro Carlos Wittmann)

## RESUMO

Este trabalho apresenta as transformações ocorridas na Educação Infantil desde o surgimento das primeiras Creches. Objetivando explorar o teor conceitual e historicidade da creche, e sua nova versão no novo perfil da Educação Infantil. Formulando a seguinte pergunta: como a creche desenvolve-se no perfil redefinido da Educação Infantil? Sendo essa pergunta uma lacuna do conhecimento que necessita ser investigada, utilizaremos o método de pesquisa bibliográfica para buscar o conhecimento para atingir aos objetivos adotando diferentes referências, entre autores e obras coletivas, como *Bom Começo* (2001), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; e, *O Cotidiano na Educação Infantil*, uma parceria entre o Salto para o Futuro e o Ministério da Educação (2006), assim como a legislação que universaliza os direitos das crianças, entre eles a Constituição Federal, de 1988; a Convenção dos Direitos da Criança; de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que permitiram uma cobertura investigativa de uma gama de obras literárias pertinentes ao tema deste trabalho. Os estudos em torno pesquisa revelam que, do ponto de vista histórico, houve um avanço significativo da legislação comparando a creche no seu surgimento à creche no novo perfil da Educação Infantil.

**Palavras-Chave:** Educação Infantil. Creche. Tendências Pedagógicas.

## ABSTRACT

This work presents the transformations occurring in early childhood education since the emergence of the first Crèches. Aiming to explore the conceptual content and historicity of the daycare, and its new version in the new profile of early childhood education. Formulating the question: as the nursery grows the profile reset of early childhood education? Being that question a knowledge gap that needs to be investigated, we will use the bibliographic search method to seek the knowledge to reach the goals by adopting different references, between authors and collective works, as a *Good Start* (2001), the Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; and *The Daily Life In Early Childhood Education*, a partnership between the leap into the future and the Ministry of education (2006), and the legislation which universalizes the rights of children, among them the Federal Constitution of 1988; the Convention on the rights of the child; of 1989 and the statute of the child and adolescent, of 1990, which enabled investigative coverage literary works relevant to the theme of this work. Studies show that research around the historical point of view, there was a significant improvement of legislation by comparing your daycare to daycare in the new emergence profile of early childhood education.

**Keywords:** Early Childhood Education. Nursery. Pedagogical Trends.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>		
2	Trajetória história da Creche na Educação Infantil .....	13
2.1	O processo histórico do surgimento das Creches no Brasil .....	15
2.2	A amplitude das necessidades de uma Creche como instituição educativa .....	18
<b>CAPÍTULO II</b>		
3	Uma análise das diferentes concepções pedagógicas da Creche .....	20
3.1	As tendências pedagógicas da Creche na Educação Infantil .....	19
3.2	A Creche: função e proposta .....	24
3.3	O binômio cuidar e educar na Creche .....	26
<b>CAPÍTULO III</b>		
4	A Escola e a Creche na nova Educação Infantil .....	28
4.1	O perfil do profissional da Creche .....	29
4.2	A LDB na formação do educador de Creche .....	30
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>33</b>
<b>6</b>	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

# 1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história muitos nomes já foram designados a Educação Infantil (EI): jardins da infância, escola materna, sala de asilo, escola de tricotar, creche, pré-primário, pré-escola etc. Segundo Abramowicz (2003, p. 14), só a partir dos dispositivos da Constituição de 1988 e, mais recentemente, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, cunhou-se a expressão educação infantil para designar todas as instituições de educação de crianças de 0 a 6 anos de idade. O que denota, de acordo com a autora, que a criança pequena passou a ter um espaço próprio.

Porém, a EI passou por várias mudanças nos últimos trinta anos, como afirma Chaves (2008, p. 99), “que muito se tem pensado sobre os cuidados da primeira infância – responsabilidade esta do Estado e da família”, conforme traduzem a Constituição Federal, Título VIII, Capítulo III, art. 205, e a LDB, Lei 9.394/96, Título III, art. 4, inciso I e II (redação incluída e dada pela Lei nº 12.796, de 2013), estando entendido no seguinte:

## **CONSTITUIÇÃO FEDERAL**

### **Título VIII: Da Ordem Social**

#### **Seção I: Da Educação**

#### **Capítulo III: Da Educação, da Cultura e do Desporto**

**Art. 205** – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998).

## **LEI DE DIRETRIZES E BASES**

### **Título III: Do direito à educação e do dever de educar**

**Art. 4º** – O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

**I** – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

- a) pré-escola;
- b) ensino fundamental;
- c) ensino médio;

**II** – educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade (BRASIL, 2013).

Conforme a autora (CHAVES, 2008), por muito tempo as escolas de EI eram associadas à caridade, considerada uma instituição de caráter assistencial-filantrópico de

cuidado com a higiene e com a segurança física da criança. Mas, com o passar dos anos foi observado que as particularidades da criança nos primeiros três anos de vida (a criança da creche), não exigiam apenas objetivos que contemplassem cuidados, mas também dimensões educativas que lhe garantissem o direito ao bem estar, à expressão, ao movimento, à segurança, à brincadeira, ao conhecimento.

Sendo a creche, entendida como espaço educativo, tem um papel fundamental para o desenvolvimento das crianças, pois é um meio diversificado e rico, um espaço de convivência e partilha do cuidado e da educação das crianças com suas famílias, como considera Chaves (2008, p. 100).

Por isso que nos últimos vinte anos tem se tornado comum às crianças pequenas de 0 a 3 anos estarem frequentando as creches. Isto justifica o fato de que a EI não se relaciona mais com questões de classe social, ou seja, deixou de ser privilegio apenas de uma classe dominante. Pois, de acordo com Nunes (2006, p. 14), além de fazer parte do “processo de socialização da criança, o direito à educação, desde que ela nasce, é fruto de um longo processo de transformação social que responde ao princípio de igualdade, de oportunidade para as classes sociais, os sexos, as raças e os credos”.

Nesse diapasão, procuramos através do meio metodológico responder ao questionamento que norteia a creche no novo perfil da Educação Infantil do século XXI. Formulando a seguinte pergunta: como a creche desenvolve-se no perfil redefinido da Educação Infantil? Sendo essa pergunta uma lacuna do conhecimento que necessita ser investigada.

Tendo como objetivo, em vista da abrangência e do convite cativo do tema, explorar o teor conceitual e historicidade da creche na EI, a partir das diversas modificações que tem ocorrido na educação brasileira. Uma vez que, a EI foi reconhecida como base fundamental do ensino, desde a aprovação do ensino de 9 anos, em 2006.

Esta investigação proposta elegeu a pesquisa bibliográfica para buscar o conhecimento para atingir os objetivos propostos no trabalho. De acordo com Koch (2002, p. 122), “a pesquisa bibliográfica é a que se desenvolve tentando explicar um problema, utilizando o conhecimento disponível a partir das teorias publicadas em livros ou obras congêneres”.

Segundo Lüdke e André (1986), para realizar uma pesquisa é preciso promover um confronto entre os dados, as evidências, as informações coletadas sobre determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Trata-se de construir uma porção do saber, ou seja, interpretar os resultados através da consulta a trabalhos teóricos, tais como: livros, artigos, teses, dissertações e monografias, revisadas de forma crítica e baseadas em critérios

metodológicos, a fim de separar os artigos que têm validade daqueles que não tem. Por fim, comparar os dados obtidos, uns com os outros, fazendo com que os resultados assumam um caráter mais vasto e expressivo.

Sendo assim, a delimitação deste estudo adotou diferentes referências bibliográficas, entre autores e obras coletivas, como *Bom Começo* (2001), do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais; e, *O Cotidiano na Educação Infantil*, uma parceria entre o Salto para o Futuro e o Ministério da Educação (2006), assim como a legislação que universaliza os direitos das crianças, entre eles a Constituição Federal, de 1988; a Convenção dos Direitos da Criança; de 1989 e o Estatuto da Criança e do Adolescente, de 1990, que permitiram uma cobertura investigativa pertinentes ao tema deste trabalho.

A realização dos procedimentos foi, inicialmente, feita através da seleção de materiais pertinentes à temática estudada, ou seja, artigos científicos e trabalhos acadêmicos, com o apoio de site de buscas tais como: *scielo* e *google acadêmico*. Posteriormente elencamos artigos de livros para unir ao fichamento elaborado com base no material literário a ser utilizado na presente pesquisa. Para Marconi e Lakatos (2010, p. 143), a “investigação preliminar – estudos exploratórios – deve ser realizada através de dois aspectos: documentos e contatos diretos”, o que nos prestigia com o domínio total do tema.

Porém, neste estudo como procedimentos serão utilizados os documentos do tipo *fontes primárias*, que apresentam um apanhado de documentos para pesquisa, como: “dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 143). Podendo através destes, documentos primários, destacar e comparar com relatos históricos os diversos aspectos interligados entre a Creche, sua mudanças e transformações.

Os dados e a revisão literária pertinente ao estudo foram organizados e divididos em capítulos para maior entendimento, ficando dividido em: no primeiro capítulo – a abordagem da trajetória histórica da creche na EI; no segundo capítulo – a identificação dos aspectos pedagógicos da creche; e, no terceiro capítulo – a análise do perfil do profissional na creche e ação da escola em relação ao direito e acessibilidade da criança de 0 a 3 anos a Educação Infantil.

## CAPÍTULO I

### 2 Trajetória histórica da Creche na Educação Infantil

Teodoro (2013), em seu livro “O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar”, destaca que quando nos reportamos às origens da instituição da educação infantil encontramos a Europa como sua precursora, principalmente a França e a Inglaterra, no final do século XVIII e início do século XIX, que tinha como objetivo principal *guardar* as crianças durante o período de trabalho das famílias. O autor explica que:

Em meados do século XVIII, na França, crianças de 3 a 6 anos começaram a ser acolhidas por instituições religiosas enquanto suas mães cuidavam das atividades domésticas. Na Inglaterra, nessa mesma época, surgiram as primeiras *escolas preparatórias* que admitiam crianças de 1 a 6 anos: As instituições francesas visavam à educação religiosa e a formação de bons hábitos. Já as inglesas tinham objetivos voltados para a socialização e o combate aos efeitos do sistema fabril que empregava órfãos de 4 a 7 anos com uma carga de até 14 horas diárias (TEODORO, 2013, p. 10).

De fato, a Revolução Industrial promoveu uma construção na qual favoreceu o crescimento urbano e a inserção das mulheres no mercado de trabalho, garantindo a sobrevivência básica da família.

Só no final do século XVIII, de acordo com Teodoro (2013), surgem na Europa os primeiros sinais do que seriam as creches, os chamados *refúgios*. Esses funcionavam na casa de mulheres que não precisavam trabalhar fora, assim elas ofereciam cuidados, alimentação e abrigo as crianças de todas as idades.

Por volta de 1840 surgiram estabelecimentos que cuidavam de crianças de 0 a 5 anos. Idealizadas por Fermim Malbeau, em Paris, receberam o nome de *Crèche*, que significa “berço”, em francês. Dez anos depois a ideia foi expandida para os Estados Unidos, e somente no século XIX surgiram às primeiras instituições no Brasil. Conforme Teodoro (2003) a função inicial da creche era cuidar e alimentar, só depois passou a abranger a saúde física como um todo.

Durante a explosão da Segunda Guerra, os homens foram para batalha e as mulheres precisaram substituí-los nas fábricas. Nesse período muitas crianças perderam seus pais, a essas crianças deram o nome de órfãos de guerra, que foram para as creches, algumas localizadas em igrejas e outros particulares. Porém, não havia uma preocupação pedagógica em relação ao desenvolvimento das crianças, restringindo-se apenas aos cuidados,

higienização e alimentação. Contudo, a assistência à infância exigiu das instituições funções do tipo assistencialista, higiênica e sanitária.

Somente assim era possível, aos órgãos públicos, alcançar as crianças mais pobres em condições de higiene e tratamento médico. Priorizando a alimentação, higiene e a segurança física, essa ideia se deu nos Estados Unidos logo após as instalações de creches no país, nos anos 50.

Gallasini (2008) aponta que autores como Comênio, Rousseau, Pestalozzi, Decroly, Froebel e Montessori, entre outros, estabeleceram as bases para um sistema de ensino mais centrado na criança. Muitos deles achavam-se compromissados com questões sociais relativas a crianças que vivenciavam situações sociais críticas (órfãos de guerra, pobreza) e cuidaram de elaborar propostas de atividades em instituições escolares que compensassem eventuais problemas de desenvolvimento. Embora com ênfases diferentes entre si, as propostas de ensino desses autores reconheciam que as crianças tinham necessidades próprias e características diversas das dos adultos. Pois, estavam preocupados com o psicológico, o fracasso e a evasão escolar das crianças de baixa renda.

Nessa perspectiva, Teodoro (2003, p. 11) amplia essa informação falando que “atualmente a função das creches é ainda mais ampla. Os avanços da Medicina, da Pedagogia e da Psicologia contribuíram para transformar as instituições de educação infantil em locais que possam colaborar para o desenvolvimento integral da criança, exercendo a função de maternagem e preparação para a vida. Os cuidados passaram a abranger a preocupação com o desenvolvimento cognitivo e emocional, além da formação de hábitos, da socialização e do desenvolvimento físico que já eram observados”.

Mais uma vez, a partir das propostas educacionais adotadas nos Estados Unidos, que ocorreu “uma ampliação na função das creches, passando a incluir a preparação para a *Escola Elementar*, dando origem ao nome *Pré-Escola*” (TEODORO, 2013, p. 11).

No apanhado geral Oliveira (1992) afirma que:

A história das creches corresponde às modificações do papel da mulher na sociedade e suas repercussões no âmbito da família, em especial no que diz respeito à educação dos filhos. As modificações que vêm ocorrendo nas creches ao longo dos anos devendo ser compreendidas dentro de um contexto sócio-político e cultural, que inclui a expansão da industrialização e do setor de serviços, em escala crescente, decorrente da urbanização (OLIVEIRA, 1992, p. 09).

Só posteriormente ocorreram mudanças nas creches ganhando espaço no campo educacional, cuja função seria a de compensar as carências das crianças, ampliando seus

direitos. De acordo com Rocha (1991, p. 14) “a partir desta perspectiva que se passou a entender a creche como uma estratégia para prevenção do fracasso”.

Desde então, a educação das crianças de 0 a 4 anos tem sido visto como um investimento necessário, até seu ingresso na escolarização obrigatória. Com sua explícita necessidade, ela precisou ser aprimorada e evoluída, tornou-se também parte da educação, universalizando-se ao ensino obrigatório de crianças acima de 5 anos, ganhando a denominação, inicial de Jardim da Infância. Sobretudo, a nossa legislação considera o ensino de crianças de 0 a 6 de Educação Infantil.

Vale lembrar, como aponta Teodoro (2013), que a atual situação dessas instituições é o reflexo do pouco tempo que as famílias têm tido para estar com seus filhos. No entanto, é preciso que os pais não desenvolvam a cômoda visão de que a educação é dever dos educadores, ausentando-se de suas responsabilidades naturais em relação aos cuidados com o desenvolvimento físico, afetivo, moral e social de seus filhos.

## **2.1 O processo histórico do surgimento das Creches no Brasil**

A trajetória histórica da creche no Brasil, não poderia ser diferente, sendo instaladas no país a partir do século XIX, acompanhando a estruturação do capitalismo e a crescente urbanização.

Conforme aponta Merisse (1997), as primeiras instituições voltadas ao atendimento da infância no Brasil tiveram seu início fortemente marcado pela ideia de oferecer “assistência” e “amparo” aos necessitados.

Para entendermos melhor a história da implantação de instituições destinadas ao amparo da infância, necessitamos retomar a sociedade colonial brasileira, assim como as conjunturas políticas e sociais dessa época, com base nos estudos e pesquisas de Merisse (1997).

De acordo com a autora (MERISSE, 1997), Durante o período colonial, os casamentos eram realizados atendendo a interesses econômicos e conveniências sociais. A figura patriarcal centralizava a dinâmica familiar, pois o pai detinha plenos direitos sobre a esposa, filhos e escravos, podendo, inclusive, castigá-los fisicamente. O sistema escravocrata, por sua vez, facilitava a promiscuidade masculina, pois os senhores de escravos encontravam muita facilidade em tomar como prostitutas mulheres pobres e escravas, além de alugar estas últimas, explorando-as como objeto sexual. Tais práticas ocasionaram um alto índice de abandono de crianças não desejadas, tanto que no ano de 1738, o padre Romão Mattos Duarte

criou no Rio de Janeiro a Casa dos Expostos, também conhecida como Casa dos Enjeitados e Casa da Roda.

A “roda” era uma referência ao mecanismo onde se depositavam as crianças: um cilindro oco de madeira, com uma pequena abertura, que girava em torno de um eixo horizontal. A criança era colocada na abertura, pelo lado de fora da instituição.

Girando-se a roda, ela passava para o lado de dentro, de tal modo que o depositante não podia ser visto, impedindo-se assim a sua identificação. Antes de servir a essa finalidade, esse mecanismo era incrustado nos muros dos conventos e permitia que neles fossem depositadas cartas, alimentos e outras coisas destinadas aos frades ou às freiras. Mas, com o tempo, passou a receber também bebês enjeitados.

Sobre o assunto, Kishimoto (1988) aponta que a esse quadro de atendimento prestado à primeira infância, baseado em “instituições asilares” se faz presente também na Europa, mas, porém as condições eram de atendimento inadequado, causando desconforto para quem a observa. A autora enfatiza que:

As péssimas condições desses estabelecimentos motivam o aparecimento de algumas experiências como a do Pe. Frédéric Óberlin, na França. Esse religioso, (...) para atender crianças de sete a oito anos funda uma escola primária em 1769. Mas ao verificar a situação das crianças menores que ficam abandonadas em virtude da ausência da mãe, requisitada no trabalho do campo, Óberlin cria, com o auxílio de Sara Benzet, exímia na arte de tricotar, uma escola para as crianças menores de sete anos. A partir daí surge a primeira instituição francesa que pleiteia, além da função social de proteger as crianças, a seleção de educadoras meigas e delicadas para desenvolver atividades educativas, com o uso de estampas de histórias sagradas e História Natural, trabalhos manuais, Ciências e Geografia, canto e desenho. Conhecida como “escola para tricotar”, a instituição de Óberlin, divulgada em 1794, pela Convenção Nacional de França, chama a atenção do público, propiciando a criação de novos estabelecimentos (KISHIMOTO, 1988, p. 12).

Sobre o assunto, Spada (2005) diz que enquanto as iniciativas francesas como a do Padre Óberlin visavam atender às crianças cujos pais trabalhavam e já esboçavam certas preocupações com a educação da criança, no Brasil, as creches em muitos aspectos aproximavam-se dos asilos infantis, pois as entidades que foram instaladas em São Paulo, no final do século XIX, como as de Anália Franco, têm o intuito de minimizar os graves problemas de miséria vividos por mulheres e crianças, além do importante atendimento em regime de internato oferecido às crianças órfãs e abandonadas.

E, como em todos os países a creche tinha um atendimento de caráter assistencialista, ou seja, era vista como um ponto de assistência.

O atendimento institucional à criança pequena, no Brasil e no mundo apresenta ao longo de sua história concepções bastante divergentes sobre sua finalidade social. Grande parte dessas instituições nasceu com o objetivo de atender exclusivamente as crianças de baixa renda (BRASIL, 1998, p. 17).

Por muito tempo a creche serviu com a funcionalidade de combater a pobreza e a mortalidade infantil, na perspectiva do Estado, pois era definida como uma instituição assistencialista, que tinha como propósito abrigar e cuidar das crianças.

Para Vieira (1999), a trajetória das creches e escolas maternais foi marcada pela tradição assistencial, destinada às crianças das famílias pobres. De acordo com a autora, em nosso país, enquanto modalidade de guarda diária de crianças pequenas, as creches surgiram para atender às necessidades do trabalho feminino industrial, respondendo assim a questões como o abandono, a desnutrição, a mortalidade infantil, a formação de hábitos higiênicos e a moralização das famílias operárias.

Apenas quando, como aponta Oliveira (1992), a classe média foi procurar atendimento em creche para seus filhos é que esta instituição recebeu força de pressão suficiente para aprofundar a discussão de uma proposta verdadeiramente pedagógica, compromissada como desenvolvimento total e com a construção de conhecimentos pela criança pequena. Esse foi o principal motivo que deram uma visão modificadora a creche assistencialista – surgindo, então, uma preocupação educacional. Originando, a partir dessas perspectivas, os jardins de infância ou as escolas infantis, pioneiras das pré-escolas de hoje, desenvolvidas a partir de modelos de outros países, como os Estados Unidos e a Europa.

Segundo Kishimoto (1988), Oliveira (1992) e Viera (1999), dois tipos de atendimento e serviços foram adotadas para as crianças na faixa de 0 a 6 anos de idade em nosso país, consolidando-se em duas classes sociais distintas: a chamada “assistencial” para a criança pobre em instituições como as creches, salas de asilo e escolas maternais, e a do tipo “educacional”, que estava ligada ao sistema educacional e refletia suas prioridades de caráter instrucional, para a criança de classe média, nos jardins de infância e pré-escolas. A este propósito, Oliveira (1992, p. 17) diz que “enquanto os filhos das camadas médias e dominantes eram vistos como uns necessitados de atendimento estimulador de seu desenvolvimento afetivo e cognitivo, às crianças mais pobres era proposto um cuidado mais voltado para a satisfação de necessidades de guarda, higiene e alimentação”.

Porém, esse quadro visionário só passou a se alterar, entre as décadas de 70 e 80, com a criação de algumas leis até a lei que tornou obrigatório a educação de crianças, jovens e adultos.

Conforme Vieira (1999), os movimentos operários e feministas marcaram a luta pela democratização do país e pelo combate às desigualdades sociais. Esses movimentos ampliaram o atendimento educacional infantil, em prol da democratização da escola pública brasileira. No entanto, nessa época, a luta por creches buscava apenas atender o direito da mulher trabalhadora e não o entendimento do papel educacional da creche, ou seja, a creche ainda era vista como espaço de cuidado, assistência e guarda e não como um espaço de educação.

Só a partir da década de 80, mais especificamente – a partir da Constituição Brasileira de 1988, que as creches foram intensificadas no Brasil com um significado de cuidar cognitivamente, legitimando o direito à educação da criança nos seus primeiros anos de vida, e o atendimento em creche e pré-escola (Art. 208, inciso IV).

Um dos grandes recursos para ampliação das creches foi a privação cultural, pois se orientava que a criança fosse cuidada nos moldes da classe média, o que retiraria aquela carente da marginalidade social. Por conta disso, as creches adaptaram-se ao perfil educacional com o propósito de ensinar, tornando-se uma educação compensatória. Essa educação propôs estimular as crianças para novos conhecimentos e atitudes, o que eliminaria carências culturais.

A Constituição de 1988 alavancou constitucionalmente a educação infantil, tornando-se um direito de todas as crianças e um dever da família e do estado em suas três esferas: federal, estadual e municipal. A esses direitos são introduzidas, a creche e a pré-escola funções pedagógicas e educativas.

Assim, ao despertar questões sobre a origem das creches em um apanhado geral, destacaremos no próximo item, a amplitude das necessidades de uma creche, como uma instituição educativa.

## **2.2 A amplitude das necessidades de uma Creche como instituição educativa**

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) a educação infantil é a primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social, contemplando a ação da família e da comunidade.

Após a inclusão de questões relacionados aos cuidados da criança na LDB, foi exigido das instituições práticas pedagógicas que capacitem à interação das crianças em aspectos sociais e seu desenvolvimento pleno.

Enquanto para o modelo de creche é considerado transformações na formação pedagógica de professores capazes de desenvolver princípios que oscile entre a pedagogia liberal e a educação compensatória. Para quais, citaremos, a promoção da coordenação motora, descoberta dos sentidos e higiene, alimentação, vestuário, maneira de portar-se e situações variadas. Que atende a uma proposta de princípios éticos, políticos e estéticos, além do desenvolvimento autônomo, responsável e solidário.

A creche deve fomentar as mais variadas atividades para as crianças, despertando-as para as todas as possibilidades da aprendizagem através da sensibilidade e criatividade.

Além disso, como aponta Teodoro (2013), a instituição que estar atenta a algumas preocupações quanto à adequação do espaço físico, incluindo as questões de segurança, higiene e estimulação. Para o autor, os “cuidados com a alimentação e a higiene são fundamentais para a saúde da criança e, geralmente, é este o aspecto que recebe mais atenção por parte de quem cuida”. Sobretudo, é preciso saber que os cuidados com o corpo não suprem todas as necessidades da criança, pois no início da vida a criança “requer estímulos voltados para os aspectos cognitivos e emocionais para que a criança possa ir aprimorando sua capacidade de pensar, de se adaptar e se relacionar” (TEODORO, 2013, p. 15).

Considerando o fato de que depende da instituição e do professor o desenvolvimento afetivo da criança, pois é com base na sua condução adequada que a criança, através de uma prática diária, conduzindo-o a torna-se um futuro cidadão emancipado, sendo esses passos indissociáveis na perspectiva da creche – o cuidar e o educar.

Tendo como base esses fundamentos, entre o cuidar e o educar, a educação a partir da creche, se direcionará a construção de uma proposta menos discriminadora que atenda às necessidades e especificidades do trabalho com crianças de zero a seis anos. Não perdendo a amplitude da concepção funcional e educativa da creche, que assemelha-se às práticas maternas, mas diferencia-se pela intencionalidade pedagógica e pela sua finalidade de educar para a vida.

## CAPÍTULO II

### 3 Uma análise das diferentes concepções pedagógicas da Creche

Trabalhar com crianças, e principalmente na primeira fase da vida, requer significativas práticas que promovam o desenvolvimento da fala, corpo, artes, leitura e escrita. Propiciando resultados satisfatórios para a aprendizagem e, conseqüentemente, a vida das crianças, por meio de didáticas, técnicas e métodos coerentes.

As concepções pedagógicas da creche trabalham com relações de respeito mútuo, justiça, solidariedade, igualdade e autonomia.

Porém, esse é um pensamento recente, uma vez que o atendimento de crianças pequenas em instituições diferentes do ambiente doméstico a partir do século XX levou à organização de creches e pré-escolas que, na concepção de Oliveira (2009, p. 31), “ao longo da história de luta por uma sociedade mais justa vivida em nosso país, tiveram que superar a perspectiva de pensar o cuidar como atividade apenas ligada ao corpo e destinada às crianças mais pobres, e o educar apenas experiência de promoção intelectual reservada aos filhos de grupos socialmente privilegiados”.

Nesse contexto, apresentaremos nesse capítulo as tendências e proposta pedagógica para a creche, incorporada a Educação Infantil de hoje, assim como a sua função que tem como finalidade: cuidar, educar e criar condições para o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social e emocional da criança.

#### 3.1 As tendências pedagógicas da Creche na Educação Infantil

A educação como toda ciência se direciona por eixos políticos movidos pela história, que se unem a várias literaturas que influencia as teorias educacionais e as diferentes tendências pedagógicas nelas fundamentadas, ou seja, os modelos de ensino ou concepções de ensino.

Sobre o assunto, Kramer (2006), em sua obra “Com a pré-escola nas mãos: uma alternativa curricular para a educação infantil”, identifica três tendências predominantes na prática da educação de crianças de até 06 anos em programas educacionais no Brasil. Sendo:

- A *tendência romântica*, que concebe a pré-escola como “jardim de infância”, onde a criança é “sementinha” ou “plantinha” que brota e a professora a “jardineira”.

- A *tendência cognitiva*, de base psicogenética, que enfatiza a construção do pensamento infantil no desenvolvimento da inteligência – onde a criança é o sujeito que pensa e a escola é o lugar de tornar as crianças inteligentes, devendo a educação favorecer o desenvolvimento cognitivo.
- A *tendência crítica*, que vê a escola é o lugar de trabalho coletivo, reconhece no professor e nas crianças sua condição de cidadãos, sujeitos ativos, cooperativos e responsáveis, atribuindo à educação o papel de contribuir para a transformação social (KRAMER, 2006, 23-24).

Enquanto, Libâneo (1994), classifica em dois grupos as principais tendências pedagógicas para educação brasileira que se dividem em: a pedagogia liberal e a pedagogia progressista, subdividas em várias correntes. Sendo:

- A *pedagogia liberal* – a tendência tradicional, a renovada progressivista, a renovada não-diretiva e a tecnicista.
- A *pedagogia progressista* – a tendência libertadora, a libertária e a crítico-social dos conteúdos.

As tendências pedagógicas, que nutre a práticas didático-pedagógicas, originou-se a partir de movimentos sociais e filosóficos. Como foi dito anteriormente, orientado por um eixo político e movida pela história.

Esse conhecimento reverte para o professor, que deseja construir sua prática, a concepção de que pode “auxiliar na fundamentação de uma proposta de ensino e aprendizagem artísticos, estéticos, e atende a essa, mobilidade de conceitual, é a que representa e do exprimir” (FERRAZ; FISARI, 1983, p. 18).

De fato, tanto as tendências de Kramer (2006) quanto à de Libâneo (1994) enfatizam teorias sobre a prática pedagógica, que auxiliam o professor com propostas positivas para a sua caminhada. Porém, destacamos como tendência mais próxima a Educação Infantil, com foco na Creche, a de Kramer (2006), que pontua as tendências da pré-escola, mas amplia os conhecimentos para as práticas pedagógicas dirigidas a crianças de até 06 anos.

Apesar de suas tendências terem visões diferentes de educação e criança, cada uma tem sua importância em determinadas épocas e fases da educação infantil, até se transformar no que é hoje.

A partir de agora abordaremos as tendências pedagógicas de Kramer (2006) que referenciam e fundamentam o ensino das crianças de educação infantil.

### **a) Tendência Romântica**

A tendência romântica nasceu na época de transformações na sociedade e no plano educacional, pontua que a educação deve favorecer o desenvolvimento natural da criança e propõe um currículo que tem como centro a atividade infantil. Sendo, essa última influenciada pelos princípios da Escola Nova, que valoriza os “interesses e necessidades da criança. A defesa da ideia do desenvolvimento muito natural; a ênfase no caráter lúdico das atividades infantis; a crítica à escola tradicional, porque os objetivos desta estão calcados na aquisição de conteúdos; e a consequente prioridade dada pelos escolanovistas ao processo de aprendizagem” (KRAMER, 2006, p. 25).

Ela é denominada romântica, por entender a pré-escola como jardim de infância e as crianças são as plantinhas ou sementinhas que brotam e a professora a jardineira.

No Brasil, essa concepção de pré-escola como “Jardim de Infância”, surgiu nas décadas de 20 e 30, com o movimento da Escola Nova, e ainda hoje é muito difundida, principalmente nas escolas particulares.

Esta tendência, embora apresente diferentes concepções, teve como principais colaboradores Froebel (1782-1852), Decroly (1871-1932 e Montessori (1870-1952).

### **b) Tendência Cognitiva**

Essa tendência tem como fonte inspiradora, o seu maior seguidor, Piaget (1896-1980), que considera a criança um sujeito que pensa e a escola de educação infantil o lugar de tornar as crianças inteligentes. Deste modo, enfatiza a construção do pensamento infantil no desenvolvimento da inteligência e na autonomia. Para tanto, o eixo principal dessa tendência, de base psicogenética, é a interação organismo/meio.

Segundo Kramer (2006, p. 30), “os principais objetivos da educação consistem na formação de homens “criativos, inventivos e descobridores”, na formação de pessoas críticas e ativas”. A interdisciplinaridade é considerada fundamental para a elaboração curricular, nessa educação voltada para a construção da autonomia.

Na concepção da autora, há alguns princípios básicos que em geral orientam a prática pedagógica de uma pré-escola com fundamento na teoria de Piaget:

- 1 - Tudo começa pela ação. As crianças conhecem os objetos, usando-os (um esquema é aplicado a vários objetos e vários esquemas são aplicados ao mesmo objeto);
- 2 - Toda atividade na pré-escola deve ser representada (semiotizada), permitindo que a criança manifeste seu simbolismo;

- 3 - A criança se desenvolve no contato e na interação com outras crianças: a pré-escola deve sempre promover a realização de atividades em grupo;
- 4 - A organização é adquirida através da atividade e não o contrário. É fazendo a atividade que a criança se organiza;
- 5 - O professor é o desafiador da criança: ele cria “dificuldades” e “problemas”. Assim, a pré-escola deixa de ser vista como passatempo e passa a ser um espaço criativo, que permite a diversificação e ampliação das experiências infantis, valorizando a iniciativa, a curiosidade e a inventividade da criança e promovendo a sua autonomia;
- 6 - Na pré-escola, é essencial haver um clima de expectativas positivas em relação às crianças, de forma e encorajá-las a ter confiança nas suas próprias possibilidades de experimentar, descobrir, expressar-se, ultrapassar seus medos, ter iniciativa;
- 7 - No currículo da pré-escola informado pela teoria de Piaget, as diferentes áreas do conhecimento (linguagem, matemática, ciências naturais e sociais) são integradas. O eixo central desse currículo são as atividades (KRAMER, 2006, p. 30-31).

Kramer (2006) deixa bem claro que Piaget não sugere um método de ensino, mas organiza uma teoria de conhecimento e desenvolve muitas investigações que os resultados são utilizados por psicólogos e pedagogos. É importante destacar que, suas pesquisas recebem interpretações diversas, que se realizam em diversas propostas didáticas.

### **c) Tendência Crítica**

Esta tendência tem a escola como um lugar de trabalho em que a criança e o professor são cidadãos que participam, atuam, cooperam e são responsáveis. Devendo a educação favorecer a transformação do contexto social

Uma das propostas pedagógicas mais significativas dentro dessa tendência é a de Freinet (1896-1966), que influenciado por Rousseau, Pestalozzi e Ferrere, tem como objetivo básico desenvolver uma escola popular. Pois, na sua visão à escola tradicional e a Escola Nova são contrária a criatividade, descoberta, ao interesse e prazer infantil, produtora de “doenças” graves.

De acordo com Kramer (2006), o movimento pedagógico criado por Freinet se caracteriza por sua dimensão social, expressado através da defesa de uma escola centrada na criança, que não é vista como indivíduo isolado, mas como parte de uma comunidade e que possui direitos e deveres, sua maior ênfase é o trabalho, como as atividades manuais, que para Freinet têm a mesma importância que as intelectuais, e a disciplina e autoridade são feitos do trabalho organizado. Ele considera a integração e a participação da comunidade e da família com a escola de suma importância.

Freinet construiu uma pedagogia, mas não utilizou um método, suas técnicas foram construídas lentamente com base na experimentação e documentação, que fornecem à criança

instrumentos para aprofundar o seu conhecimento e desenvolver a sua ação. Considerando, o fato de que a sala de aula deve ser um espaço prazeroso e ativo, pois o trabalho é o grande motor da pedagogia.

A proposta pedagógica de Freinet baseia-se em técnicas que favorecem a linguagem, a matemática, as ciências naturais e sociais, propondo o jogo como atividade principal para a escola popular dinâmica.

A partir dessas tendências, na concepção de Kramer (2006), é possível elaborar o currículo da educação infantil, através de uma metodologia pedagógica que considere as características das crianças por suas faixas etárias e o momento em que vivem (psicológico), as interferências do meio que as cercam (social e cultura), pois elas apresentam a condição do desenvolvimento infantil pleno e a aquisição de conhecimentos, que caminham no sentido de construir a autonomia, a cooperação e a atuação crítica e criativa da criança na articulação da educação infantil para o próximo nível educacional.

A respeito da metodologia pedagógica a autora contempla que:

Entendemos, ainda, que mais importante que adotar uma metodologia pré-elaborada é construir, na prática pedagógica, aquela metodologia apropriada às necessidades e condições existentes e aos objetivos formulados. Nesse sentido, partimos de alguns princípios metodológicos, que são:

- Tomar a realidade das crianças como ponto de partida para o trabalho, reconhecendo sua diversidade;
- Observar as ações infantis e as interações entre as crianças, valorizando essas atividades;
- Confiar nas possibilidades que todas as crianças têm de se desenvolver e aprender, promovendo a construção de sua autoimagem positiva;
- Propor atividades com sentido, reais e desafiadoras para as crianças, que sejam pois, simultaneamente significativas e prazerosas, incentivando sempre a descoberta, a criatividade e a criticidade;
- Favorecer a ampliação do processo de construção os conhecimentos, valorizando o acesso aos conhecimentos do mundo físico e social;
- Enfatizar a participação e a ajuda mútua, possibilitando a construção da autonomia e da cooperação (KRAMER, 2006, p. 37-38).

### **3.2 A Creche: função e proposta**

A creche foi marcada pela educação assistencialista, que tinha apenas a pretensão de cuidar. Com o passar dos anos a ideia foi amadurecida para educação, com a pretensão, também, de educar. Atualmente defende-se, de acordo com Oliveira (2009, p. 31), “que cuidar e educar são dimensões indissociáveis de todas as ações do professor de educação infantil”. A autora contempla que:

A área de Educação Infantil vive hoje uma série de debates sobre sua identidade e função social dentro do sistema de ensino. Essas questões são importantes para orientar a formação de professores para trabalhar com a primeira infância dentro de perfis que respondam mais adequadamente à diversidade de situações presentes quando se pensa na educação institucional de crianças desde o nascimento (OLIVEIRA, 2009, p. 31).

São recentes as discussões sobre a função da Educação Infantil como um processo educativo, assim como a formação do professor dessa instituição, em particular o da creche. Que, por muito tempo foi ignorado pela literatura que trata dos processos de escolarização.

O trabalho educativo da creche deve ofertar condições que desenvolvam capacidades e conhecimentos de potencialidades corporais, afetivas, emocionais, estéticas e éticas.

Oliveira (2009) pontua que as creches podem ser definidas, hoje, como equipamentos educativos com base nas seguintes características:

- Na brincadeira, como uma atividade educativa fundamental da infância;
- No ambiente, que propicia culturalmente a leitura e a escrita;
- Na organização do espaço e do tempo, como um importante meio de interação e construção de conhecimentos;
- Nas ações, que integrem cuidados e educação;
- No respeito à cultura, que dá origem a cada criança;
- Na partilha, com as famílias e a comunidade sobre os projetos educativos;
- Na socialização, proporcionando um espaço de vivências e interações.

Para a autora (OLIVEIRA, 2009), os cuidados com a criança são influenciados por crenças e valores na saúde, na educação e no desenvolvimento infantil, além das necessidades afetivas.

Quanto a essas “necessidades afetivas”, é importante levarmos em consideração o fato de que as crianças da Educação Infantil são crianças que estão mudando seus espaços, para elas, repentinamente, pois estão saindo do aconchego da sua casa e do abraço dos seus pais. Por isso, a questão da socialização precisa receber uma atenção maior e uma reflexão sucinta. Sobre o assunto Veríssimo (2003) conceitua que:

Um dos aspectos a estar atento é o fato de que o processo de socialização no ambiente institucional coletivo implica a aprendizagem de normas específicas, muitas vezes diferentes das familiares, que precisam ser analisadas sob várias óticas, inclusive a das influências sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional. Crianças que frequentam creches vivem experiências simultâneas de sociabilidade na família e na creche e, portanto, “não é possível isolar a contribuição da experiência da creche no desenvolvimento da criança”, bem como “a frequência à creche modifica,

direta e indiretamente, a natureza da experiência em família” (VERÍSSIMO, 2003, p. 28).

Nessa perspectiva, podemos determinar que a creche tem como finalidade atender as necessidades específicas de desenvolvimento, ou seja que promovam oportunidades de desenvolver o potencial infantil. Contudo, não podemos pensar na família e na creche como instituições separadas, mas sim como uma relação social e comum, como acentua Veríssimo (2003, p. 28), “a creche, como serviço, tem como referência a família”.

No apontamento geral e nas reflexões literárias sobre as funções e propostas da creche, podemos extrair as constantes preocupações em proporcionar condições adequadas e satisfatórias para as crianças e seu desenvolvimento. Diante disso, pode-se determinar que a reformulação desses espaços para um atendimento adequado, seja fundamental, precisos e urgentes.

### **3.3 O binômio cuidar e educar na Creche**

De acordo com Veríssimo (2003), a legislação brasileira atual determina que a creche é parte integrante do sistema escolar, mas a política educacional a define como instituição educativa sem caráter escolar, enfatizando que “é no binômio educar e cuidar que devem estar centradas as funções complementares e indissociáveis dessa instituição” (NASCIMENTO, 2000 *apud* VERÍSSIMO, 2003, p. 32).

Para esclarecer esse ponto, podemos dizer que o educar e o cuidar têm na Educação Infantil os seguintes objetivos:

- oferecer a todas as crianças condições de se sentirem confortáveis em relação a sono, fome, sede, higiene, dor etc.
- acolhê-las em seus momentos difíceis, fazê-las sentir-se seguras, orientá-las sempre que necessário, mas também alimentar sua curiosidade e expressividade.
- apresentar-lhes o mundo da natureza, da sociedade e da cultura, aqui incluindo as artes e a linguagem verbal, garantindo-lhes uma experiência bem sucedida de aprendizagem de diferentes linguagens, e apoiá-las na construção de sentidos pessoais, à medida que vão se constituindo como sujeitos e se apropriando de formas culturais de comportamento de um modo próprio.
- trabalhar na perspectiva de que as próprias crianças aprendam a se cuidar mutuamente, busquem suas próprias perguntas e respostas sobre o mundo, e respeitem as diferenças e construam atitudes de respeito e solidariedade aos parceiros.
- dar condições às crianças com deficiências para participar das atividades e interagir com as demais crianças, pontos fundamentais de seu processo de aprendizagem e desenvolvimento (OLIVEIRA, 2009, p. 31-32).

Todas essas características contêm elementos que promovem as crianças um enriquecimento cultural, o seu desenvolvimento e inserção social.

Contudo, é importante atentar-se a função específica da creche, como observa Bujes (2001), o cuidar da creche diferencia-se do modelo adotado pela família, e educar não pode ter o mesmo modelo que a escola. Pois o modelo da escola, de acordo com Rocha (2002), se coloca como espaço do domínio dos conhecimentos científicos, enquanto as instituições de educação infantil, em especial a creche, se põem com fins de complementar à educação da família.

Na educação infantil, a um problema na separação entre o cuidado e a educação em decorrência da tentativa de superar o caráter assistencial pelo caráter pedagógico determinado pelo novo perfil da educação infantil do século XXI.

De acordo com Referencial Curricular Nacional (1998), o binômio educar e cuidar na Educação Infantil recebem as seguintes definições:

Educar significa propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada e que possa contribuir para o desenvolvimento das capacidades infantis de relação interpessoal, de ser e estar com os outros em uma atitude básica de aceitação, respeito e confiança, e o acesso, pelas crianças, aos conhecimentos mais amplos da realidade social e cultural. Neste processo, a educação poderá auxiliar o desenvolvimento das capacidades de apropriação e conhecimento das potencialidades corporais, afetivas, emocionais estéticas e éticas, na perspectiva de contribuir para a formação de crianças felizes e saudáveis (BRASIL, 1998, p. 23).

Enquanto, o

[...] cuidar da criança é sobretudo dar atenção a ela como pessoa que está em um contínuo crescimento e desenvolvimento compreendendo sua regularidade, identificando e respondendo as suas necessidades. Isto incluir interessar-se sobre o que a criança sente, pensa, o que ela sabe sobre si e sobre o mundo visando à ampliação desse conhecimento e de suas habilidades que aos poucos a tornarão mais independente e mais autônomas (BRASIL, 1998, p. 25).

A integração entre o cuidar e o educar é o núcleo do trabalho pedagógico da Educação Infantil, em especial da creche, que atende crianças de 0 a 5 anos de idade. Exigindo, sobretudo, da instituição (creche) uma parceria com a família, além de assumir uma responsabilidade pessoal na transformação da criança. Enquanto espaço educativo tem o caráter de promover o aprimoramento das aquisições cognitivas e das interações e experiências individuais e coletivas, tão importantes na formação da criança.

## CAPÍTULO III

### 4 A Escola e a Creche na nova Educação Infantil

A nova educação infantil exigiu das escolas um novo projeto pedagógico para as crianças de 0 a 6 anos de idade, no qual estejam incluídas condições necessárias para o seu desenvolvimento. Não sendo esse mais um espaço na qual a criança tenha “apenas” proteção e alimentação.

Podemos dizer que além dos objetivos iniciais, que são aquelas do início da criação das creches, que visava apenas à saúde física, relacionados à higiene, segurança física e alimentação, a nova versão da Educação Infantil visa à saúde mental, relacionados aos aspectos psicológicos emocional, social e intelectual, tendo como “função criar condições para o desenvolvimento integral de todas as crianças, considerando, também, as possibilidades de aprendizagem que apresentam nas diferentes faixas etárias” (BRASIL, 1998a, p. 47).

Com base nesse contexto, as escolas devem proporcionar as crianças de 0 a 6 anos de idade, que fazer parte da educação infantil, conteúdos que auxiliem no desenvolvimento de capacidades afetivas, cognitivas, físicas, estéticas de relação interpessoal e inserção social.

De acordo com o Referencial Curricular para a Educação Infantil (BRASIL, 1998a), a prática da educação infantil deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- Desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- Descobrir e reconhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidados com a própria saúde e bem-estar;
- Estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- Estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;

- Observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- Brincar, expressando emoções, sentimentos, desejos e necessidades.
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- Conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade.

Nesse contexto, podemos observar que a elaboração do currículo para as crianças de 0 a 6 anos devem ser criados numa perspectiva apropriada para eles. Portanto, para que sua elaboração seja efetiva a escola deve avaliar as suas concepções de educação, conhecimento, e principalmente sobre a infância e suas necessidades cognitivas e emocionais.

#### **4.1 O perfil do profissional da Creche**

A história das creches como instituições educacionais no Brasil constitui algo extremamente recente, assim, tanto a identidade da instituição quanto dos profissionais que nela atuam estão, ainda, em processo de construção. Portanto, discussões, pesquisas e uma adequada formação de educadores são elementos de extrema importância, pois concorrem para o favorecimento da consolidação da creche como uma Instituição de Educação Infantil.

Um fato que deve ser revisto é quanto à imagem que se tem dos alunos da educação infantil, que são visto como bebês que devem ser paparicado e disciplinado.

Segundo Oliveira (2009, p. 32), “a criança é um ser ativo que, desde o nascimento, interage com parceiros diversos que a ajudam a significar o mundo e a si mesma, a realizar um número crescente de diferentes aprendizagens e a constituir-se como um ser histórico singular”.

De acordo com a autora (OLIVEIRA, 2009), a formação do professor da educação infantil deve ser vista como um processo de apropriação de modos historicamente elaborados de pensar, sentir e agir em situações de ensino-aprendizagem, o que inclui atribuir significados a seus componentes segundo uma matriz teórico-ideológica e nas melhores formas de mediar a aprendizagem e o desenvolvimento dos aprendizes com os quais trabalha.

Devemos considerar o fato de que o professor está substituindo a família com uma diferença bastante marcante, o fato de que não está dando atenção apenas a uma criança, mas sim a uma coletividade, sendo esta uma oportunidade de ensinar a criança a interagir com outras crianças da mesma idade, como afirma Oliveira (2009, p. 33), um “aspecto fundamental no ambiente da creche como espaço de educação coletiva”. Além de trabalhar a socialização o professor deve buscar familiarizar a criança com as práticas culturais e com fatos e objetos que lhe ajude a compreender as situações e os elementos do mundo. Como aponta Oliveira (2009):

Para tanto, o professor, deve agir de forma indireta, pelo arranjo do contexto de aprendizagem das crianças em função das atividades propostas: os espaços, os objetos, os horários, os agrupamentos infantis, os materiais, ou de modo direto, conforme interage com as crianças e lhes apresenta modos de fazer uma determinada ação, responde ao que elas perguntam, faz-lhes perguntas para conhecer suas respostas, as pega no colo quando se emocionam e, por vezes, opõe-se ao que elas estabelecem para ajuda-las a aperfeiçoar seu modo de sentir as situações (OLIVEIRA, 2009, p. 33).

Lidar com a creche é uma situação minuciosa, no qual o professor deve ser cuidadoso na hora de educar, por isso, durante a sua trajetória profissional deve ter uma formação contínua do fazer pedagógico e da prática na educação infantil.

Para Oliveira (2009) o professor que irá trabalhar com as crianças da creche deve garantir o domínio de competências para:

- organizar condições de acolhimento, cuidado e aprendizagem das crianças;
- interagir com as crianças de modo a mediar-lhes sua aprendizagem e desenvolvimento;
- pesquisar recursos e materiais adequados à educação e ao cuidado das crianças;
- interagir com as famílias, reconhecendo-as como parceiras no processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças;
- refletir sobre sua prática docente cotidiana em termos éticos, políticos e psicopedagógicos (OLIVEIRA, 2009, p. 34).

Esses processos devem estar articulados as teorias e as práticas pedagógicas.

## **4.2 A LDB na formação do educador de Creche**

De acordo com Paschoal e Machado (2009), em consonância com a legislação, o Ministério da Educação publicou, em 1998, dois anos após a aprovação da LDB, os documentos “subsídios para o credenciamento e o funcionamento das instituições de educação infantil” (BRASIL, 1998b), que contribuiu significativamente para a formulação de diretrizes

e normas da educação da criança pequena em todo o país, e o “Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil” (BRASIL, 1998a), com o objetivo de contribuir para a implementação de práticas educativas de qualidade no interior dos Centros de Educação Infantil. Este último foi concebido de maneira a servir como um guia de reflexão de cunho educacional sobre os objetivos, conteúdos e orientações didáticas para os profissionais que atuam com crianças de zero a seis anos de idade. Sobre os objetivos gerais da educação infantil, esse documento ressalta que a prática desenvolvida nessas instituições deve se organizar de modo que as crianças desenvolvam as seguintes capacidades:

- desenvolver uma imagem positiva de si, atuando de forma cada vez mais independente, com confiança em suas capacidades e percepção de suas limitações;
- descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- estabelecer vínculos afetivos e de troca com adultos e crianças, fortalecendo sua autoestima e ampliando gradativamente suas possibilidades de comunicação e interação social;
- estabelecer e ampliar cada vez mais as relações sociais, aprendendo aos poucos a articular seus interesses e pontos de vista com os demais, respeitando a diversidade e desenvolvendo atitudes de ajuda e colaboração;
- observar e explorar o ambiente com atitude de curiosidade, percebendo-se cada vez mais como integrante, dependente e agente transformador do meio ambiente e valorizando atitudes que contribuam para sua conservação;
- brincar, expressando emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades;
- utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados, enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva;
- conhecer algumas manifestações culturais, demonstrando atitudes de interesse, respeito e participação frente a elas e valorizando a diversidade (BRASIL, 1998a, p. 63, v. 1).

A Nova LDB utilizou a expressão *formação de profissionais da educação* e, mais adiante, se referiu à *formação de docentes*, para estabelecer a finalidade e os fundamentos da formação profissional da educação infantil.

Sobre o assunto Freitas (1992), afirma que o termo se apresenta apropriado para a formação do profissional de educação. De acordo com o autor, profissional de educação é “aquele que foi preparado para desempenhar determinadas relações no interior da escola ou fora dela, onde o trato com o trabalho pedagógico ocupa posição de destaque, constituindo

mesmo o núcleo central de sua formação”. Portanto, não há identificação de “trabalho pedagógico com docência, (...) sendo este um dos aspectos da atuação do profissional da educação”. No entanto, o autor (FREITAS, 1992) coloca que a formação do profissional de educação tem que ter sua ênfase como educador, na atuação como professor.

Este entendimento nos coloca de frete com Lei nº. 9.394, de 20/12/96, art. 61, que aponta como finalidade da formação dos profissionais de educação “atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e às características de cada fase de desenvolvimento do educando”.

Assim, criar condições e meios para se atingir os objetivos da educação básica é a razão de ser dos profissionais de educação.

Formação com tal finalidade terá por fundamentos, segundo a LDB, “a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante capacitação em serviço” e “o aproveitamento da formação e experiências anteriores”, adquiridas, estas, não só em instituições de ensino, mas também em “outras atividades”, que não do ensino (BRASIL, 1998a).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante as pesquisas deste trabalho procuramos responder a pergunta que norteou nosso caminho até aqui: como a creche desenvolve-se no perfil redefinido da Educação Infantil?

Historicamente, vimos que objetivo inicial das creches era exclusivamente atender as crianças abandonadas e depois começou atender, também, crianças de baixa renda. Hoje nós encontramos creches em todas as cidades, com o objetivo de atender não só crianças de pais que trabalham, mas também com o propósito de potencializar o desenvolvimento infantil. Mas ainda, com intuito de proteger e alimentar, além do psicopedagógico.

Os resultados apontam que a partir do estabelecimento das diretrizes e bases de 1996, a Educação Infantil foi redefinida, lhe proporcionando um novo perfil e uma nova proposta pedagógica. Garantindo a qualificação à educação de nossas crianças e a constante formação do educador.

Para alcançar os objetivos proposto pela nova educação infantil, o educador precisa reformular a sua prática e atitude na sala de aula, se reciclando através de cursos de formação continuada. Destacando, a atenção que os professores tem que ter em relação ao desenvolvimento infantil das crianças de 0 a 6 anos, ou seja conheça os aspectos do desenvolvimento infantil de acordo com a idade cronológica, o que permitira aos docentes criar um ambiente de atividades adequadas às necessidades de cada um em relação a sua idade.

De fato, todo o estudo refere-se indiretamente para despertar sobre a formação e atuação do profissional da Educação Infantil.

A análise dos conteúdos apresentou, ainda, inferências sobre o cuidar e ensinar nas creches, ressaltando que o cuidar continua imperativo, abrangendo as dimensões das necessidades da criança, assim como a família, e o estabelecimento das tendências pedagógicas, baseadas nas tendências de Kramer (2006): romântica, cognitiva e crítica.

Estudar e analisar sobre o assunto permitiu ampliar as discussões e estudos sobre a creche, sobretudo necessita-se ainda, um estudo mais amplos sobre a creche quanto instituição, que fomentaria novas descobertas a realidade institucional.

## 6 REFERÊNCIAS

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998a.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de educação infantil**. Coordenação Geral de Educação Infantil, v. 1 e 2. Brasília: MEC/SEF/DPE/COEDI, 1998b.

GALLASINI, Kátia Aparecida. **Docência na Educação Infantil**: um estudo das relações entre as representações sociais e as práticas pedagógicas. Dissertação de mestrado apresentado a Universidade Regional de Blumenau – FURB, 2008.

KISHIMOTO, Tizuko M. **A pré-escola em São Paulo**. São Paulo: Loyola, 1988.

MERISSE, A. (et all). **Lugares da infância: reflexões sobre a história da criança na fábrica, creche e orfanato**. São Paulo: Arte & Ciência, 1997.

OLIVEIRA, Zilma Moraes Ramos de Oliveira. **Creches: crianças, faz de conta & Cia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

ROCHA, Eloisa A. C. **Pré-escola e escola: unidade ou diversidade?** Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal de Santa Catarina, 1991.

SPADA, Ana Corina M. *Processo de criação das primeiras creches brasileira e seu impacto sobre a educação infantil de zero a três anos*. **Revista Científica Eletrônica de Pedagogia**, em. 05, Jan/2005, p. 01-07.

TEODORO, Wagner Luiz Garcia. **O desenvolvimento infantil de 0 a 6 e a vida pré-escolar** (2013). Disponível em: <<http://www.bookess.com/read/16746-o-desenvolvimento-infantil-de-0-a-6-e-a-vida-pre-escolar/>>. Acessado em: 01 Jul./2013.

VIEIRA, Lívica M. F. *A formação profissional da Educação Infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade do atendimento*. *Pró-Posições*, v. 10, n. 01, **Revista da FE**. Unicamp, 1999, p. 28-39.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria da Educação Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

BUJES, M. I. E. **Escola Infantil: pra que te quero?** In: CRAIDY, M.; KAERCHER, G. (org.). *Educação Infantil: pra que te quero?* Porto Alegre: Artmed, 2001, p. 13-22.

FERRAZ, Maria Heloisa C. T. & FUSARI, Maria F. de R. **Arte na Educação Escolar**. Coleção magistério 2º grau série formação geral. São Paulo: Cortez, 1992.

KRAMER, Sônia. **Com a pré-escola nas mãos**: uma alternativa curricular para a educação infantil. 14ª ed. São Paulo: Ática, 2006.

LIBÂNEO, J.C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Orientações curriculares e propostas pedagógicas**. In: Boletim *Salto para futuro*: educação de crianças em creches. MEC/SSED: Out./2009, Ano XIX, n. 15.

ROCHA, E. A. C. *A pedagógica e a educação infantil*. **Ibero Americana de Educação**, 2002, n. 22, p. 61-74. Disponível em: <<http://www.rieoei.org/rie22f.htm>>. Acessado em: 04 Jul./2013.

VERÍSSIMO, Maria de La Ó Ramallo. **Funções da creche segundo suas trabalhadoras**: situando o cuidado da criança no contexto educativo. (tese). São Paulo: USP, 2003.

FREITAS, Luiz C. de. *Em direção a uma política para a formação de professores*. **Em Aberto**. n. 54. Brasília, ano 12, abr./jun. 1992.